

## Apresentação

Com o desafio de promover o debate a respeito de temas de relevância ao estudo da questão agrária, apresentamos a 10ª edição de REVISTA NERA, cujo tema é “As novas territorialidades do campo formando uma nova questão agrária”.

Nesta edição divulgamos oito artigos extremamente instigantes que trazem em seu contexto a crise da modernidade, resultante do modelo de desenvolvimento adotado, que concentrou terra, renda e poder aumentando as desigualdades socioespaciais. Estas mudanças exigiram, além da troca dos parâmetros nacionais antes adotados pelos Estados, a adequação a processos que foram criando novas territorialidades, com novas formas conteúdos, dotados de novas funções e estruturas, sempre atendendo aos interesses do grande capital nacional e internacional. Resultados deste processo, os conflitos assinalam para transformações emergentes, num cenário de crise e de resistência. Apontando para a necessidade de se pensar modelos alternativos para os distintos espaços regionais, superando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estado mais elevado de cooperação.

**Júlia Adão Bernardes** em seu artigo “Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica”, analisa os impactos das inovações tecnológicas na organização das atividades agrícolas, demonstrando as razões estruturais e conjunturais que são criadas para dar continuidade ao padrão de acumulação capitalista através de ações irradiadas pelo aparelho do Estado. Por estas transformações não cobrirem a totalidade do território e nem abranger a sociedade inteira, aparece o que a autora chama de crise da modernidade que também é revelada como a crise da racionalidade econômica e da estreiteza de seus limites.

O texto de **Guido Galafassi**, ao traçar um panorama destas mudanças impetradas na região Noroeste da Argentina, a partir da intervenção da política liberal, demonstra como a readaptação do perfil das economias regionais aos interesses ligados ao mercado multinacional vão gerar um cenário de exclusão e segregação social. Este fato provoca desequilíbrios sociais e regionais, acirrando os conflitos entre as classes trabalhadoras rurais e os detentores do grande capital pela evidente pauperização do pequeno produtor agropecuário. Todo este cenário de crise constituirá as bases para o surgimento e o fortalecimento de movimentos sociais no campo, com destaque para o surgimento das Ligas Agrárias a partir dos anos 1970, que constituíam um setor social enfrentando os padrões do modelo de desenvolvimento dominante.

O texto de **Giovanni Raimundo de Macedo** e **Jacob Binsztok** aponta para o fortalecimento de formas organizativas em seu artigo “Associação dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas”. Demonstra que ao mesmo tempo em que o fortalecimento das associações de produtores, o cultivo do café orgânico e o comércio justo se destacam como formas de resistência aos efeitos da expulsão do homem do campo e da comercialização monopolista, também criam um contra-ponto ao avanço do agronegócio da soja, do milho e da pecuária, apesar de todos os dilemas e dificuldades enfrentadas.

No texto de **Philip McMichael** é criticada a concepção clássica de questão agrária e é defendido que o modo como a “questão agrária” é concebida tradicionalmente deve ser revisto. É destacado aqui o papel desempenhado pelos movimentos camponeses, especialmente aqueles com atuação internacional, tal como a Via Campesina.

Os trabalhos de **Júlia Zanin Shimbo** & **Jairo Roberto Jiménez-Rueda** e **Emília Moreira** & **Ivan Targino** envolvem uma temática pautada em experiências de assentamentos rurais. O primeiro apresenta uma metodologia de zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária, tomando como estudo de caso o Assentamento rural Pirituba II, no Estado de São Paulo. E o segundo, vai discorrer sobre os avanços e os desafios da agricultura camponesa. Através do estudo de caso de assentamentos rurais na região semi-árida da Paraíba, tenta cunhar a noção de “Território de Esperança”. Para tanto, parte da discussão sobre a concepção de espaço e território, a

partir dos quais define “Território de Esperança” como aquele conquistado e construído pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra. Este território representa uma resistência ao sistema hegemônico e ao modelo de desenvolvimento sob o qual está pautado. Trata-se de um território novo construído com base na utopia, no desejo e na esperança de uma forma de organização social que não seja pautada exclusivamente na subordinação e na exploração, mas que seja construída por laços de solidariedade e respeito mútuo por esta e pelas gerações futuras.

Já **Milena Barreira Ramírez** traz uma contribuição importante para o entendimento do conceito de cooperativismo ao analisá-lo a partir das diferentes escolas do pensamento (Socialistas Utópicos, Rochdale, Anarquistas, Marxistas e Liberais). Resgata que o cooperativismo surgiu no bojo da Revolução Industrial da Europa do século XVIII com o fim eminente de criar uma forma de organização que se oponha à vigente e que sirva para construir um panorama social mais eqüitativo. Muito diferente do emprego dado no Brasil a partir dos anos 1950, quando o cooperativismo passou a ser incentivado no meio rural, mais como uma forma de controle social, de apaziguamento de conflitos, promovendo total desvirtuação do significado do termo original. Passando a cumprir uma função estritamente econômica, que apesar de oferecer avanços nas condições de vida de seus associados, não chegam a supor uma transformação da raiz das estruturas sociais vigentes. Caminhando no resgate deste sentido, o artigo trata ainda dos movimentos sociais que tentam construir projetos cooperativos cujo objetivo seja realmente consolidar novas formas de organização que combata a exploração de uns sobre os outros, tomando como exemplo as cooperativas do MST. A partir destas tenta-se construir um modelo produtivo novo, que assente suas bases sobre a construção de novas formas de relação entre os diferentes agentes sociais, potencializando a organização econômica e sobretudo a política e social.

É a partir da retomada da transformações socioespaciais que **Júlio César Suzuki** propõe discutir a importância da re-conceituação da cidade e do campo, a fim de oferecer respostas a seus novos conteúdos e formas e evitar abordagens quantitativas e unidimensionais. Em seu artigo “Campo e Cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação” evidencia que as alterações na lógica de expansão das aglomerações urbanas é melhor entendida a partir do desvendamento de sua relação com a reprodução das relações sociais. Traça uma crítica ao projeto Rurbano, apresentando novas proposições aos conceitos aí empregados, trazendo para o debate o reconhecimento dos limites dos critérios de separação do campo e da cidade, do rural e do urbano. O autor ressalta que a divisão do trabalho não é mais suficiente para estabelecer a fronteira entre estas duas realidades socioespaciais de modo que as suas definições socioespaciais devem ser lidas com novos parâmetros.

Na parte polêmica da revista, se destaca o texto do norte-americano **Eric Holt-Giménez** que vai alertar sobre a transição da economia do petróleo para uma economia renovável dos “biocombustíveis” sobre os quais paira uma série de mitos. Apresenta cinco mitos que ao ser ver confundem a interpretação do problema, numa visível disputa de território entre agronegócio e agricultura camponesa que é a que garante a soberania alimentar. Estas transformações globais chegam impondo uma nova questão agrária na disputa por terra para suprir uma demanda imposta de combustível. Observa-se que os países mentores da nova demanda não possuem terras disponíveis para a empreita, uma vez que não abrirão mão da soberania alimentar, lançando toda demanda para países do Sul como o Brasil onde a questão agrária jamais foi resolvida, gerando o que podemos chamar de nova questão agrária.

Os mitos obscurecem as relações políticas econômicas entre terras, povos, recursos naturais e alimentos. Dissimula o desequilíbrio existente entre produção de alimentos e de energia, isto porque ao mostrar apenas um lado os biocombustíveis não nos auxiliam a entender as profundas conseqüências da transformação industrial do nosso sistema alimentar e de combustíveis. A transição do agrocombustível transforma o uso da terra em escala maciça, jogando a produção de alimento contra a produção de combustível, água e recursos por terra. A transferência maciça de riquezas da agricultura para indústria, a industrialização da agricultura e a mudança rural-urbano são parte da “Transição agrária”.

Conclui que devem ser estabelecidos limites e não incentivos para indústria de agrocombustíveis, onde os “biocombustíveis” devem ser tomados como um complemento para planos territoriais de desenvolvimento sustentável e não como peça central.

E, por último, a coordenação de publicação da Revista NERA, por considerar de grande importância o livro *La Vía Campesina: Globalization and the Power of Peasants*, de autoria de Annette Aurélie Desmarais, convidou a autora a publicar na revista uma resenha de seu próprio livro.

Assim posto, os editores da Revista Nera ao divulgar artigos de diferentes regiões do Brasil e de outros países, traçam também um panorama de profundos desequilíbrios socioterritoriais que ameaçam a biodiversidade do planeta e a própria reprodução humana. Demonstra que a modernidade traz em seu bojo várias possibilidades na utilização do tempo-espaço, mas também traz ônus para a totalidade da sociedade. Fica claro que o modelo de desenvolvimento econômico adotado leva aos extremos de progresso tecnológico e bem estar para alguns setores e aos extremos de privação e marginalização social para outros, pois o objetivo é a própria economia. Alguns indicativos são apresentados, num cenário que aponta para uma nova transição agrária a partir do agronegócio dos “biocombustíveis”. Fica a certeza de que é necessário ousar uma transição agrária diferente em que a beneficiária da acumulação seja a própria sociedade. É a diferença está em se contrapor ao modelo de desenvolvimento hegemônico que promove crescimento econômico sem promover o desenvolvimento.

Eliane de Jesus Teixeira Mazzini  
Membra da coordenação de publicação da Revista Nera nº. 10